

RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO PARA A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL FEDERAL

Odilon Nogueira de MATOS

A primeira Constituição republicana (1891), logo em seu artigo terceiro, dispunha sobre a mudança da capital do país para o interior: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”. A Primeira República chegou ao fim sem que a disposição se concretizasse. A única coisa que nos fazia pensar no dispositivo constitucional era um retângulo no Estado de Goiás, que aparecia em todos os mapas do Brasil, assinalando o “Futuro Distrito Federal”. Ou então, como em certa época, a mais desenfreada especulação por parte de vendedores de terras na “futura Capital”. Provavelmente vendeu-se muito mais que os quatorze mil quilômetros fixados pela Constituição...

A carta-magna de 1934 manteve o dispositivo da de 1891, porém duma maneira menos precisa: “Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil”. E acrescentava que o Presidente da República nomearia uma comissão para proceder ao estudo das várias localidades adequadas à instalação da Capital.

A carta de 1937 não tocou no assunto a não ser de maneira indireta, pois em seu artigo sétimo referia-se “ao atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República”. Ora, o “enquanto” dá a entender que um dia ele poderia deixar de sê-lo. Mas, silenciou quando ao problema da transferência.

O assunto foi retomado pela Constituição de 1946, que, no artigo quarto das Disposições Transitórias, dizia que, dentro de sessenta dias, a partir da promulgação da Constituição, o Presidente da República nomearia uma “comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital”. Feitos os estudos necessários, o resto

é do domínio público. A vontade do Presidente Juscelino Kubitschek tornou realidade aquilo com que se vinha sonhando desde o início da República, ou até antes, ou seja a interiorização da Capital.

De fato, o assunto vinha sendo cogitado desde a segunda metade do século XVIII. No início do século XIX teve a idéia um grande defensor em Hipólito Costa, jornalista que redigia e publicava em Londres o "Correio Braziliense", no qual escreveu sobre o assunto. Mas, cabe inegavelmente a José Bonifácio o projeto mais concreto, constante das instruções aos deputados brasileiros às cortes de Lisboa. O ilustre Andrada sugeriu até o nome "Brasília" para a cidade que viesse a ser fundada para o estabelecimento da sede do governo. Só a localização não era exatamente a mesma que foi preferida pela República. No plano de Bonifácio a capital deveria localizar-se no Oeste de Minas, na região de Paracatu.

Voltemos às Constituições. Os dispositivos tanto da Constituição de 1934 como da de 1946 dão a entender que nada havia sido feito em matéria de estudo da localização do futuro Distrito Federal, uma vez que ambas especificam que o Presidente da República, dentro de determinado prazo, deveria nomear comissão para o reconhecimento e demarcação da área destinada a abrigar o Governo da República.

Ora, o retângulo a que já nos havíamos acostumado a ver no mapa de Goiás, não foi posto ali por acaso. Resultou de um dos mais sérios trabalhos de reconhecimento geográfico já levados a efeito em nosso País, ao qual se ligou, de maneira indissolúvel, o nome de um ilustre engenheiro e astrônomo belga que se radicou no Brasil e aqui, quer no desempenho de sua profissão, quer no cometimento de incumbências oficiais, deixou brilhante folha de serviços.

Chegado ao Brasil em 1874, Luís Cruls (1848-1908) não tardou a identificar-se com o nosso ambiente. No ano imediato, após a publicação de um trabalho sobre leitura de ângulos, foi admitido como adjunto do Observatório do Rio de Janeiro, então dirigido por Emmanuel Liáis, de quem se tornou logo auxiliar de confiança e a quem substituiu no cargo, dez anos depois. O magistério superior também contou com a colaboração de Cruls, pois em 1889 foi nomeado para a cadeira de Geodésia e Astronomia da Escola Superior de Guerra, onde foram seus alunos, entre outros, algumas figuras destacadas de militantes como Tasso Fragoso e Hastínfilo de Moura, ou de civis egressos do Exército, como Euclides da Cunha e Alberto Rangel, que se tornaram grandes escritores, com obras fundamentais para a cultura brasileira.

A operosidade e o saber de Luís Cruls não se manifestaram apenas nessas duas atividades práticas, que muitas outras exerceu o ilustre engenheiro, ligadas preferencialmente à matéria de sua predileção, a astronomia. Entre elas, releva notar a viagem que empreendeu em 1882 ao extremo sul do continente americano, colaborando, em nome do Brasil, nos trabalhos que então se fizeram em todo o mundo, de observação da passagem de Vênus pelo disco solar. Essa expedição, que alcançou os melhores resultados científicos, deu origem a interessantes e valiosas notas redigidas por um então jovem oficial de marinha, que mais tarde ligaria seu nome à nossa história, ilustrando a gloriosa corporação a que pertencia: Luís Felipe Saldanha da Gama (1846-1895).

Proclamada a República, coube a Luís Cruls a meritória incumbência de chefiar a expedição encarregada de explorar o planalto central do Brasil para a demarcação do futuro Distrito Federal, em obediência ao disposto na Constituição. Resultou desse trabalho o quadrilátero que desde então passou a figurar em nossas cartas geográficas e que, com justiça, se batizou de “Quadrilátero Cruls”.

O relatório apresentado por Luís Cruls ao Ministério da Viação e Obras Públicas do governo de Floriano Peixoto, condensando todo o trabalho realizado no Planalto Central, foi publicado em 1894, por H. Lombaerts, “Impressores do Observatório”, do Rio de Janeiro. Sobre ele já se expressaram diversas autoridades em assuntos brasileiros.

Obra magistral, para a época em que foi realizada, quando não se dispunham ainda dos modernos recursos de pesquisa e reconhecimento geográfico (especialmente a aerofotogrametria), é documento dos mais valiosos para o conhecimento daquela porção que, não precisamente a mesma, mas com pequenas alterações, acabou se tornando, a partir de 1960, a sede do governo da União.

Em 1947, graças ao zelo filial de Gastão Cruls (1888-1959) foi o “Relatório Cruls” reeditado na prestigiosa coleção “Brasíliana”, da Companhia Editora Nacional (volume 258), e, dez anos mais tarde, fez jus a uma nova edição, integrando desta vez a coleção “Documentos Brasileiros” (volume 91), da Editora José Olympio, e ainda por iniciativa de Gastão Cruls, que, aliás, viria a falecer pouco depois. Essa edição pode ser considerada definitiva, pois nela se reproduziram todas as estampas da edição original e que, lamentavelmente, foram omitidas na edição da “Brasíliana”. Convém assinalar que o volume, além do relatório de Cruls, encerra também os relatórios parciais de seus auxiliares imediatos, a saber: Henrique Morize, Augusto Tasso Fragoso, A. Cavalcanti, Antônio Pimentel,

Eugênio Hussak e Ernesto Uhle, os três últimos atuando como médico-higienista, geólogo e botânico da Comissão, respectivamente.

Para estas reedições, Gastão Cruls solicitou a colaboração de um dos companheiros diletos de seu pai, o General Hastínfilo de Moura, que, em carta dirigida ao escritor, trouxe valiosos informes sobre os trabalhos realizados pela Comissão.

Com seu caráter multidisciplinar, abrange o "Relatório" imensa variedade de aspectos, todos julgados necessários ao conhecimento da região: orografia, hidrografia, clima, riquezas mineral e botânica, águas medicinais, meteorologia, fauna, possibilidades econômicas, transportes e, ainda, estudos particulares de algumas sub-regiões dignas de consideração.

Quando, há mais de vinte anos, elaboramos um pequeno textuário da história goiana, publicado como número especial desta revista (nº 25), em homenagem a um simpósio de professores de história, então realizado em Goiânia, aproveitamos para ele dois textos do relatório Cruls: "A Capital Federal no Planalto Goiano" e "Águas medicinais em Goiás".

As duas Constituições - tanto a de 1934 como a de 1946 - determinando estudos sobre a região onde deveria localizar-se o futuro Distrito Federal, praticamente ignoraram um dos mais notáveis trabalhos de exploração e reconhecimento geográficos já levados a efeito em nosso País, obra prima para a época, especialmente se considerarmos, como já foi lembrado, as dificuldades que então se ofereciam aos exploradores, mas que, assim mesmo, conseguiram realizar uma obra que é legítimo orgulho da história das explorações científicas no Brasil.